
REPRESENTAÇÕES

SOCIAIS: "MASSAS

MENTAIS EM

CIRCULAÇÃO"*

DOI 10.18224/frag.v32i2.12391

PEDRINHO ARCIDES GUARESCHI**

Resumo: o trabalho tem como objetivo central refletir sobre a ontologia das Representações Sociais (RS). Está estruturado em duas partes e uma conclusão provocativa. A primeira parte, investiga o contexto do surgimento dessa nova área de estudo dos fenômenos sociais, onde se mostra como ela se deveu principalmente a uma reação aos principais pressupostos da modernidade, implícitos no momento em que a Psicologia se constituiu como ciência: o materialismo cientificista e o individualismo. A segunda parte tenta responder ao propósito do estudo mostrando que as RS não são um conceito, mas um fenômeno, sendo sua especificidade uma substância simbólica, com vida própria, que brota das práticas, principalmente comunicativas, que criam tal substância. A conclusão traz duas questões provocativas que podem ajudar a avançar as reflexões do campo social. A partir duma discussão sobre o que é mesmo o social, pergunta-se, primeiramente, até que ponto não poderia a Psicologia Social superar a dicotomia que se criou entre psicologia e sociologia? Segundo, a partir das discussões realizadas, as RS não poderiam ser vistas como um espaço unificador da Psicologia Social?

Palavras-chave: Representações Sociais. Psicologia Social. Ontologia das Representações Sociais. Práticas.

Os organizadores desse Dossiê Temático me solicitam que partilhe algo sobre o importante e sempre presente debate sobre Representações Sociais (RS daqui em diante). Decidi enfrentá-lo, pois confesso que considero esse tema de importância sempre mais crescente e vejo a necessidade de aprofundar sua discussão e investir esforços para ir esclarecendo e

* Recebido em: 14.05.2022. Aprovado em: 19.05.2022.

** Pós-Doutorados na University of Wisconsin, EUA, 1990; Universidade de Cambridge, Inglaterra, 2001; Universidade La Sapienza, Roma, 2014; Universidade La Habana, Cuba, 2018. Pesquisador 1A do CNPQ. Doutor em Psicologia Social pela Universidade de Wisconsin at Madison, EUA. Mestre em Psicologia Social pela Marquette University, EUA. Pós-Graduado em Sociologia pela PUCRS. Graduado em Filosofia, Teologia e Letras. *E-mail*: ppguareschi@gmail.com.

legitimando suas contribuições, tanto teóricas como práticas, para no avanço das investigações nas ciências humanas e sociais. Também confesso que sinto a necessidade de partilhar algumas questões e inquietações que, a partir de inúmeros diálogos e discussões, foram surgindo nessa área. Julgo essa tarefa como indispensável se quisermos avançar e enfrentar os desafios presentes em um novo *espírito do tempo*: uma era de pós-verdade, onde tudo se liquefaz. A exemplo da Esfinge, temos de enfrentá-lo para que o possamos decifrar. Caso contrário, seremos por ele dominados e devorados, cada vez mais, diante de seus provocadores enigmas.

De tudo o que se vê e lê, vou privilegiar dois pontos, que são, para mim, os que mais luzes estão necessitando no momento. O *primeiro ponto*, que não lembro ter já discutido publicamente, está, em grande parte, ligado à questão central da ontologia das RS, que aprofundo no segundo ponto, mas que raramente é lembrado e explicitado quando se pensa a questão das RS, que é o seguinte: quem se adentra na reflexão sobre Psicologia em geral, e sobre Psicologia social em particular, teria de ter ciência e consciência sobre os pressupostos e determinantes históricos que estão ligados a toda área de investigação – no nosso caso, das RS. A pergunta seria: porque essas indagações começaram a aparecer? Qual a contexto que ocasionaram o surgimento desses debates e reflexões sobre RS? Como vamos ver, eles tentaram responder a determinados desafios e preocupações, para não dizer limitações e distorções, no próprio tratamento da Psicologia, em geral, e da Psicologia social, em particular. Naquele momento oportuno e crucial Moscovici se propôs, arriscaria dizer, libertar a psicologia de pressupostos que a desviavam de sua autêntica tarefa de iluminação e libertação.

Quanto ao *segundo ponto*, já refleti e escrevi sobre ele há alguns anos, e resultou numa publicação que veio a lume em inglês em *Papers on Social Representations* (GUARESCHI, 2017), mas que julgo muito oportuno e importante retomar, principalmente para os que não tiveram oportunidade, ou facilidade, de sobre ele tomar conhecimento. Trata-se de uma preocupação que há muitos anos me persegue, que é a necessidade de esclarecer, cada vez mais – sabendo que ninguém pode ter a pretensão de finalizá-la – sobre o próprio estatuto ontológico das RS. Com isso quero dizer que se torna necessário, e urgente, que todos os que se arriscam nessa provocante e multifacetada área, se dêem conta da complexidade dessa questão e da necessidade de ter sempre presentes seus pressupostos ontológicos: o que são mesmo RS?

Numa *conclusão*, que se alonga um tanto mais do que de costume, proponho uma reflexão, em boa parte polêmica, mas com uma função que julgo frutuosa, e que penso merecedora de ser trazida à luz. Não gostaria que a polêmica se esgotasse nela mesma, mas que sirva para provocar os leitores para que novos avanços que devem ser perseguidos nessa área. Vou refletindo com cuidado, aprofundando e fundamentando, enquanto possível, dois pontos: primeiro, se uma discussão crítica do que é *social* não poderia dar conta de superar uma dicotomia que as tradicionais ciências da Psicologia e da sociologia foram nos trazendo, à medida que foram se restringindo a campos cada vez mais restritos, senão reducionistas. E no segundo ponto, que se liga ao tema central desse artigo, faço uma pergunta, já feita por alguns estudiosos da área, se as investigações e discussões sobre RS não poderiam ser vistas como um “espaço unificador” da psicologia social e, conseqüentemente, da própria Psicologia. Estaria, contudo, muito recompensado se esse mergulho um pouco mais profundo no mistério do “social” puder trazer contribuições novas e valiosas tanto para o campo da psicologia (social), como da sociologia.

O ESPÍRITO DO TEMPO E SEUS PRESSUPOSTOS NA ORIGEM DA PSICOLOGIA

Se formos conferir nos inúmeros sites, e mesmo na maior parte dos manuais, vamos identificar que seus autores colocam que o *nascimento* da psicologia ter-se-ia dado a partir dos estudos de

Guilherme Wundt, realizados no Laboratório da Universidade e Leipzig, ao redor de 1879. Duas considerações agora: a primeira é que não estaríamos de todo equivocados, se fôssemos acrescentar e ressaltar que foi ali que ela se originou *como ciência*. E a segunda consideração é que, como procuro fundamentar nesse primeiro ponto, se essa afirmação for tomada sem a ressalva acima, como é, em geral, feito e assumido, ela estaria, de fato, *negando* a própria psicologia. É o que pretendo justificar, com cuidado e respeito a quem pensa o contrário. E para isso temos de refletir mais a fundo sobre seu *suposto* nascimento, mas principalmente sobre sua história e desenvolvimento. Essa discussão é crucial, pois quando nos referimos à Psicologia como ciência, estamos supondo, como consequência, que essa seria, ou *apenas essa* seria a psicologia. E aqui começam os equívocos e os problemas. E isso é ainda mais sério se estivessemos nos referindo mais especificamente ao tema que nos propomos, a Psicologia Social.

Retomo aqui algumas reflexões que escrevi há alguns anos e que foram publicadas como um capítulo de um livro, *Psicologia do Cotidiano* (GUARESCHI, 2007, p. 18-25), organizado a partir das pesquisas feitas por participantes do Grupo de Leitura que, por mais de trinta anos veio refletindo e pesquisando nessa área nos programas de pós-graduação em Psicologia tanto da PUCRS, como da UFRGS (GUARESCHI, 2019c).

As reflexões que originaram os estudos das RS não surgiram do vácuo. Elas se situaram na década de 1950 dentro, principalmente, do campo da psicologia, mas seu surgimento deveu-se principalmente como reação e superação dos pressupostos que a psicologia em geral, e a psicologia social em particular, vinham carregando desde o momento em que a psicologia se apresentou como ciência. Nesse contexto histórico, a partir duma perspectiva crítica, podemos verificar que os elementos que deram origem aos estudos das RS, se centram ao redor de dois eixos que, em grande parte, resumem os pressupostos da modernidade.

O primeiro eixo seria o materialismo cientificista, que estava presente nos pressupostos da maioria dos pesquisadores e estudiosos que, de algum modo, se ligavam à psicologia. Assim, para Watson, com a incorporação das experiências empíricas ao campo da Psicologia, não havia “nada além da pele”, como enfaticamente foi decretado no manifesto behaviorista no início do século XX. Destutt de Tracy, um dos primeiros a estudar a ideologia, classificou-a no campo da zoologia. Qual a razão? Porque a zoologia trata dos animais; um desses animais é o ser humano; e esse animal possui um cérebro, do qual emanam ideias. Logo essas ideias do animal homem devem, logicamente, ser tratados dentro da zoologia. A ciência, e no caso a psicologia, tinha de fundamentar, pois, no pressuposto ontológico e epistemológico do materialismo. Daí a importância dos laboratórios, e a ênfase na metodologia quantitativista.

Nesse eixo materialista se situava também o positivismo, que tinha como pressuposto que só existe “o que está aí”, e nada mais. Tudo o que não pudesse ser medido, pesado e quantificado, não poderia ser considerado como sendo *científico*. Para Durkheim, ao menos como era apresentado nos livros-texto da época, o “social” era *une chose*, uma coisa. E por consequência dessa mentalidade materialista e positivista, as ciências sociais tinham de tomar como modelo as ciências naturais.

O segundo eixo da modernidade que foi adequadamente aceito e incorporado pelas ciências psicológicas foi o individualismo, com a subordinação do social ao individual. Esse pressuposto nós o devemos em grande parte a Descartes e sua afirmação paradigmática: *cogito, ergo sum: penso, logo existo*. A Psicologia foi buscar nessa afirmação primeiramente o *racional*, a racionalidade instrumental, matemática. Mas, mais importante que isso, foi sua decisão de fundamentar nessa afirmação o *individualismo*: *cogito* é a primeira pessoa do singular, *eu* penso. Esse pressuposto embasou e, em grande parte, ainda fundamenta, grande parte das ciências sociais. A ingente tarefa a que se

propuseram os pensadores, na tentativa de avançar na investigação dos fenômenos humanos, foi tentar superar essa marca fundante que estigmatizava toda atividade ligada ao entendimento tanto do Ser Humano, como dos grupos, das comunidades e mesmo da sociedade. No manifesto behaviorista se afirmava: “nada além da pele”. Na Psicologia Social das primeiras décadas do século XX se acrescentava: “nada além do indivíduo”. O editor do mais importante manual de Psicologia social, Floyd Allport (1924, p. 4) afirmava peremptoriamente: “A psicologia social é parte da psicologia do indivíduo”. Esse era o espírito do tempo. Tudo o que divergisse dos pressupostos racionalistas, materialistas e, principalmente, individualistas, não era psicologia, muito menos psicologia social.

Se há um livro que julgo indispensável para quem queira entender o surgimento e a constituição de uma Psicologia Social que não seja reducionista – e por isso estou entendendo uma psicologia social que não se fundasse exclusivamente nos pressupostos da ciência como criada e sacramentada pelos pressupostos da modernidade - esse é o livro *Raízes da Psicologia Social Moderna*, de Robert Farr (2013). Ele só publicou seu único livro após 25 anos de investigação séria, meticulosa, respeitosa e honesta, procurando identificar os diferentes caminhos por onde foram peregrinando os diferentes psicólogos formados, na sua maioria, nos centros intelectuais da Europa. Lá se localizavam as mais importantes universidades herdeiras e consolidadoras dos pressupostos empíricos, individualistas e racionais da modernidade.

Farr traçou o roteiro desses estudiosos pioneiros com datas de seus trabalhos nas universidades, com suas peregrinações pelos diversos países e como foram se constituindo em centros específicos nos diversos programas de pós-graduação. Examinou os temas que eram tratados nos principais *manuals* de Psicologia Social que surgiram a partir desses programas nas universidades mais conceituadas. Sabemos que os manuais são bem diferentes dos livros-texto: enquanto os segundos são usados nas graduações, para se ter um conhecimento mais generalizado dos temas, os manuais são cruciais, pois são os que são manuseados nos programas de pós-graduação e nos grupos de pesquisa. Eles procuram recolher o que de mais importante (na visão dos organizadores dos manuais, está claro) existe, naquele momento, nas investigações desses programas. E eles constituem o espaço onde são formados os futuros pesquisadores da área.

Seu empenho não se resumiu apenas nas dificuldades em levantar todas essas informações. Teve, inclusive, de enfrentar problemas e restrições em poder publicar suas reflexões e pesquisas. Ele mesmo conta como, ao submeter um artigo em que sintetizava suas investigações, a resposta que recebeu dos editores de uma das mais importantes revistas da área, o *JPSP (Journal of Personality and Social Psychology)*, foi arrasadora: “Ele (o artigo) e uma peça interessante; mas muito boba” (FARR, 2013, p. 195). Esse é o último ensaio, dos dez que compõem seu livro, onde apresenta as principais conclusões de suas pesquisas. Tal avaliação deve servir de incentivo a muitos que tentam inovar, no campo da reflexão e da pesquisa, mas que se vêem tolhidos e reprimidos por avaliadores e editores que acham que escrever artigos e fazer pesquisa deve-se resumir em repetir o que já está aí; ou em desencorajar quem se arrisca em propor alternativas que possam, de um modo ou outro, transformar o que está aí. O livro de Farr (2013) é, hoje, um clássico em psicologia (sua tradução ao português já possui mais de 10 edições), e é revelador dos pressupostos reinantes naqueles tempos e das dificuldades que, ainda hoje, estão presentes e resistem ao surgimento de algo novo.

Olhando agora à distância, pode-se compreender a razão da *aliança* entre Farr e Moscovici, este último considerado como o criador e principal pensador no que se refere ao surgimento e desenvolvimento das reflexões ligadas ao campo das RS. Foram parceiros em inúmeros artigos e coordenaram, inclusive, pouco mais tarde, uma publicação com contribuição de diferentes outros estudiosos (FARR; MOSCOVICI, 1984). Moscovici, conforme ele próprio conta em suas

conversas com Ivana Marková (2013, p. 305-388), começou a se sentir inquieto e insatisfeito com o que percebia nos estudos da psicologia na década de 1950: “... a teoria das RS é um fruto de ‘minha idade da inocência’... quando ainda era refugiado político em Paris” (MARKOVÁ, 2013, p. 309). Começou a estudar a teoria da informação e tentou aplicá-la às escalas de atitude de Guttman. Essas escalas (cumulativas) tratam mais de amostragem de ideias, do que de indivíduos. “Fui descobrindo o grau de estruturação dessa estrutura mental social” (FARR; MOSCOVICI, 1984, p. 316-317): a representação foi surgindo numa relação entre comunicação, conhecimento e transformação do conteúdo do conhecimento. Narra como foi juntando diferentes informações de teóricos do campo, e como foi montando suas percepções na pesquisa e escrita de sua tese de doutorado, *A Representação Social da Psicanálise*, publicada em 1961. A partir daí, os estudos foram se consolidando para chegarem ao que são hoje.

Um marco central na consolidação das RS foi a publicação feita a partir dum Congresso organizado por Joachim Israel e Henry Tajfel (1972), cujas palestras foram por eles publicadas sob o título *The Context of Social Psychology*. O artigo que, de longe, é o mais citado do livro é o de Moscovici, *Society and Theory in Social Psychology* (publicado em português no livro em Moscovici, 2013, p. 111-166). Nesse poderoso escrito, ao falar da situação da Psicologia Social na Europa, ele se mostra preocupado: “Em nossa frente, atrás de nós e ao nosso redor, havia – e ainda há – a ‘Psicologia Social americana’” (MOSCOVICI, 2013, p. 111). E continua dizendo que, apesar do respeito que tinha por ela, sua aceitação estava se tornando progressivamente mais difícil, pois seus princípios “nos são estranhos, nossa experiência não condiz com a deles, nossa visão de homem, de realidade e de história é diferente” (MOSCOVICI, 2013, p. 112).

E ele vai assim desfilando, exemplo atrás de exemplo, as características dessa “Psicologia Social da ingenuidade”, que não dava conta do “social”, e que excluía a contradição. O que faltava à psicologia social, no seu entender, eram as contribuições de Marx, Freud, Piaget, Durkheim; a questão das desigualdades, o fenômeno da linguagem, a força das ideias na construção da sociedade, a realidade social. Ela deveria ser uma ciência mais do movimento, do que da ordem. E ainda:

a ciência é uma instituição social e, como tal, é um objeto de análise como qualquer outro, da mesma forma que os experimentos e seus sujeitos estão engajados na interação social, como todos os demais; ... qual a finalidade da comunidade científica: apoiar a ordem, ou criticá-la e transformá-la. Os objetivos se definem dentro e de uma perspectiva individualística, são considerados como *dados* na natureza do Homem... tudo o que vai além do individualismo e tudo o que diverge um pouco de um modelo de capitalismo, entra, por definição, no domínio da irracionalidade (MOSCOVICI, 2013, p. 125-126).

É a essa altura que uma nova psicologia social, e dentro dela as RS, tomam vulto, vão se consolidando, libertando-se do predomínio da psicologia experimentalista e individualista que invadira a Europa, já desde o fim da II Grande Guerra, com um Plano Marshall acadêmico de ajuda das universidades americanas às europeias. Na Europa essa nova psicologia social já mostrava seus sinais de inconformidade devido, fundamentalmente, às reflexões de Moscovici iniciadas já na década de 1950 e depois com a publicação de sua tese de doutorado (MOSCOVICI, 2012), e finalmente na conferência de 1972, de onde se originou o livro *The Context of Social Psychology*. A América Latina tinha se tornado quase que totalmente dependente dos EE.UU. devido aos estudantes que lá iam fazer seu doutorado. O encontro com uma psicologia social com suas autênticas raízes começa

a se dar apenas no início da década de 1980, com a criação da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), e a superação crítica dos pressupostos da modernidade.

O desabafo de Moscovici (2013, p. 111) se justifica, pois os autores que pontificavam a partir da década de 1960 eram “pessoas como Lewin, Festinger, Heider, Deutsch, Asch, Schachter, Sherif, Kelley, Thibaut, Lazarsfeld, Bavelas, Berkowitz e muitos outros”. Nada se ouvia das “ideias de Marx, Freud, Piaget, Durkheim” (MOSCOVICI, 2013, p. 114).

Esse era o clima que propiciou a retomada de uma nova psicologia social que tentou retomar o *social* como constitutivo da psicologia social. E é nesse ambiente de reflexão que surgem as reflexões sobre as RS como um espaço central da psicologia social e, como tentaremos discutir brevemente na *conclusão*, como um possível espaço unificador da psicologia social.

UMA APROXIMAÇÃO ONTOLÓGICA AO CAMPO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Creio não estar exagerando se disser que os trabalhos que são apresentados em Congressos, Simpósios etc. chegam já a vários milhares. Não sei se alguém já tentou arriscar uma aproximação de seu número. As produções se mostram mais numerosas nas regiões de fala latina, principalmente na América Latina (AL), e dentro da AL no Brasil. Isso nos leva a reexaminar, com bons fundamentos, que essa teoria pode se tornar uma moda, e que muitos entrem por esse caminho sem ter consciência do que *realmente* pode e deve tratar esse campo de investigação, e discutir sobre até que ponto ela poder verdadeiramente iluminar os fenômenos pesquisados. Tudo bem que se faça uso dela, mas não podemos esquecer suas raízes e sua cepa fundamental. E é por isso que faço questão de me deter sobre esse ponto indispensável: qual seu status ontológico?

Como sabemos, dentro do campo das RS surgiram inúmeras *ramificações*, chamadas também de *escolas*, que procuram enfatizar e aprofundar dimensões importantes e valiosas das RS. Essas ramificações, contudo, são *ramos*, são galhos presos a um tronco. Julgo importante fazer a pergunta: há algo *central, ontológico*, no campo das RS? Tenho presente que isso pode ser muita pretensão de minha parte. Mas deixem-me refletir. Essa minha vontade, ou pretensão, de ir ao coração, foi se delineando à medida que lia (e meditava) os vários livros de Moscovici com essa pergunta espreitando por detrás deles: Mas onde o tronco, onde o coração? Um mergulho em águas mais profundas que nos dessedentem e tragam novos sentidos e nova energia a nosso empenho na compreensão desse campo de reflexão e investigação; e também para que seja mais fecunda.

Faço questão de assinalar que, nas reflexões que seguem, vou me ater também a outros escritos de Moscovici que, em geral, não são levados em conta ao se discutir as RS, especificamente os livros *A Invenção da Sociedade* (MOSCOVICI, 2011a) e *Psicologia Social das Minorias Ativas* (MOSCOVICI, 2011b) - (esse último escrito inicialmente em inglês sob o título *Social Influence and Social Change, 1976* e em francês em 1979, intitulado *Psychologie des Minorités Actives*).

Aqui nos restringimos à discussão *ontológica*. As demais dimensões filosóficas – epistemológicas (e metodológicas), éticas (valorativas), e estéticas (criativas) dependem do que elas realmente são e como elas se manifestam no mundo, isto é, de sua dimensão ontológica.

Meu ponto de partida é uma afirmação de Moscovici (2012, p. 39) ao afirmar que “é a especificidade das RS - substância simbólica - e sua criatividade - a prática que produz tal substância – que as diferenciam das noções sociológicas e psicológicas com as quais são comparadas e dos fenômenos que lhes correspondem”. Vou me ater, pois, a esses dois pontos centrais: RS como *substância simbólica*, mostrando que elas não são um conceito, mas um fenômeno, um ambiente; e a sua *prática criativa* que as produz, onde discuto brevemente sua relação com a comunicação e a inovação.

a) RS são uma *substância simbólica* – são *fenômeno e ambiente*

Kant procurou distinguir entre o *fainomenon* (o que se poderia observar), e o *noumenon*, o que não poderia ser atingido. *Fenômeno*, a partir de sua própria etimologia, *fainomenai* – do grego – significa *aparecer*. É uma constante *manifestação*, um sinal que nos leva sempre mais adiante, uma espécie de *horizonte*: ao pensarmos tê-lo atingido, ele se apresenta sob novos ângulos e novas compreensões. Nessa perspectiva, podemos fazer duas considerações. A primeira, é que as manifestações são *realidades concretas*, mas não necessariamente palpáveis, mensuráveis e portadoras de um peso físico. Mas são realidades, são *manifestações*.

O ponto de partida da jornada intelectual de Moscovici foi a insistência no reconhecimento da existência de RS como uma forma característica de conhecimento em nossa era, ou, como ele o coloca: “Assim o que eu me proponho fazer é considerar como um *fenômeno* o que antes era visto como um conceito” (MOSCOVICI, 2013, p. 30). Não damos conta – e nem sei se seria possível – de “domesticar” essas “entidades quase tangíveis” que circulam, se cruzam e se cristalizam no universo cotidiano. “Sua especificidade (substância simbólica) e sua criatividade (a prática que produz tal substância) as diferenciam de qualquer outra noção sociológica ou psicológica, ou de conceitos que costumam ser a elas relacionados” (MOSCOVICI, 2012, p. 39).

Esta não é certamente uma tarefa fácil. Estamos todos conscientes das longas discussões de autores que, de maneiras diversas, estão ligados, por exemplo, ao construcionismo social. Há muitas vezes uma falta de compreensão sobre o que sejam, de fato, as RS. Como bem coloca de Rosa (2006, p. 166), a tese sócio-construcionista se centra “na linguagem como uma forma de ação social e uma pré-condição para o pensamento (e não vice-versa como no entendimento da linguagem como expressão do pensamento). ... a discussão surge de uma *leitura mentalista* do construto das RS, que pressupõe serem as Representações Sociais representações cognitivas” (ênfase no texto).

Gostaria de ir um pouco adiante e perguntar: podemos, na verdade, separar a linguagem do pensamento? Tomando o artigo de Moscovici de 1984 como um todo, cujo título é precisamente *O Fenômeno das RS*, constatamos que ele divide todo o capítulo em sete partes. Os dois primeiros itens podem ser vistos como considerações sobre o *fenômeno*; o terceiro e o quarto, uma discussão sobre a teoria (*tornando familiar o não-familiar, ancoragem e objetificação*; e o quinto e sétimo, podem ser entendidos como uma espécie de reflexão metateórica, onde ele procura distinguir a teoria das RS de outras teorias (o sexto item traz algumas pesquisas feitas no campo das RS). Esta visão conjunta ajuda a examinar a maneira pela qual ele procura se referir ao *fenômeno*. Ele discute dois pontos: o primeiro ele o intitula “O pensamento considerado como um ambiente”, e o segundo: “O que é uma sociedade pensante?” Pode-se até imaginar a dificuldade que ele estava enfrentando ao tentar deixar clara qual seria possivelmente sua intenção. Em ambos os títulos o termo “pensar” está presente: no primeiro como um substantivo; no segundo, como um adjetivo. Tem-se a impressão que não estando satisfeito em separar “*pensamento*” da “*realidade*”, ele imediatamente acrescenta: mas existe também uma *sociedade pensante*. Igualmente *pensar* não é entendido como algo cognitivo, mental; por isso ele acrescenta de imediato: *pensar* como um ambiente (algo concreto). Essa discussão ilustra a tentativa de Moscovici de se aproximar da *ontologia* das RS ao compará-las a um *fenômeno*. E é também a esta altura que ele, pela primeira e única vez, tenta oferecer uma noção provisória do que poderiam ser as RS (MOSCOVICI, 2013, p. 45-49).

A segunda consideração tem a ver com a *maneira* como se manifesta esse *fenômeno*. Nas palavras do autor, “podemos afirmar que essas representações são entidades sociais, com vida própria,

comunicando-se entre elas, opondo-se mutuamente e mudando em harmonia com o curso da vida” (MOSCOVICI, 2013, p. 38). Elas desaparecem, para surgir novamente sob novas aparências. Elas podem co-existir, circulam em várias esferas da sociedade, são hierarquizadas. Esses fenômenos “aparecem, pois, para nós, quase como que objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações... possuem uma atividade profissional” (MOSCOVICI, 2013, p. 40).

Na Terceira Parte do livro *A Invenção da Sociedade* (Moscovici, 2011b), ao discutir a obra de Simmel, Moscovici traz algumas iluminações que nos ajudam a avançar nessa reflexão. Na análise da discussão feita por Simmel sobre o dinheiro, a qual Moscovici retoma em diversos de seus escritos, ele mostra como o dinheiro se apresenta como uma RS. O autor aproveita para exemplificar essa análise da RS do dinheiro com os diversos processos por ele criados quando discute a constituição da teoria. Ao analisar o processo de objetivação, por exemplo, afirma citando inicialmente Meyerson (MOSCOVICI, 2011a, p. 415): “Os estados mentais não permanecem estado, eles se projetam, tomam forma, tendem a se consolidar, a se tornar objetos”. E prossegue:

Isso significa dotar de um caráter material nossas abstrações e imagens, metamorfosear as palavras em coisas, dar um corpo a cada pensamento. Concebidas primeiramente pela inteligência, uma noção ou uma qualidade abstrata acabam por parecer físicas e visíveis. O verbo se faz carne: a cada instante colocamos essa parábola em ação, acreditando que a uma palavra deva corresponder uma realidade (MOSCOVICI, 2011a, p. 415).

Ao discutir Weber e Simmel, Moscovici (2011a) compara as RS com a noção de *carisma*, algo que se apresenta como vago e impreciso, mas que quando encarnado em pessoas exerce uma influência real, como Gandhi, “que subjuga, com sua silhueta, uma maré humana, ou no gesto do Papa João Paulo II abençoando multidões” (MOSCOVICI, 2011a, p. 415). O termo “carisma” é percebido como uma qualidade física, estatura, timbre de voz. Esse um *fenômeno*, algo real, mas praticamente impossível de ser agarrado; uma manifestação, mas intangível.

A RS é essa “coisa”. A RS é uma *substância*. Existe e subsiste. Ela é ambiente, ambiência. As RS vão além de uma classe geral de ideias e crenças, como são as religiões, os mitos, a ciência. Elas são fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se *comunicar* – um modo que cria tanto a realidade, como o senso comum (MOSCOVICI, 2013, p. 49). Elas são substâncias simbólicas que constituem o tecido social. Vários pensadores tentaram identificá-las criando diferentes expressões como: “espaços representacionais”, “realidades em si mesmas”, “massas mentais em circulação” (MOSCOVICI, 2011a, p. 396), “forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, tendo uma orientação prática e colaborando na construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 1989, p. 36); “territórios sociais”, análogos aos territórios geográficos; “campos representacionais”, “nuvens” (JESUÍNO, 2014).

A partir do exposto acima pode-se começar a visualizar, de algum modo, a constituição e a maneira de se apresentar dessas *entidades reais*, que povoam o universo social em que nos vemos e dentro do qual pensamos e nos comunicamos, a comunicação, quase que uma outra face das RS.

b) RS como comunicação (linguagem) e prática criativa

Retomamos o primeiro parágrafo do livro *Psicanálise, sua imagem e seu público* já mencionado acima, onde ele escreve: “As RS são entidades quase tangíveis: circulam, se cruzam e se cristalizam, continuamente através da fala, do gesto, do encontro no universo cotidiano” (MOSCOVICI, 2012,

p.39). Interessante notar, desde o início, a centralidade que é dada à *comunicação*: fala, gesto. Ele continua: “A maioria das relações sociais efetuadas, objetos produzidos e consumidos, comunicações trocadas estão impregnadas delas (RS)”. Novamente se fala em comunicações trocadas e relações sociais realizadas que fazem parte das RS. E é sintomático o termo empregado: *impregnadas*, para indicar que formam uma mesma realidade.

Gostaria de convidar o leitor a refletir, por um momento, e fazer a pergunta: o que são *realmente* comunicação e linguagem? Quando se diz *realmente*, significa que estamos nos referindo à dimensão ontológica dessas *palavras*. Os comentários que vou fazer aqui podem facilmente ser supostos, mesmo que eles não possam ser encontrados *literalmente* nos escritos de Moscovici.

Na comunicação podemos distinguir entre as *formas* de comunicação (difusão, propagação e propaganda), e a *dimensão ontológica* da comunicação – a linguagem, a fala. No ato da fala, além do nível *locutório*, aquilo que estou querendo dizer com minha fala; e o nível *perlocutório*, quando pretendo realizar algo; há um terceiro nível, o *ilocutório*, que é o que eu já estou *realizando* com o próprio ato de falar; em outras palavras, *a própria maneira de falar e a relação pressuposta no ato de comunicar*, ambas já carregam em si *um conteúdo*. O ato comunicativo é, em si mesmo, uma mensagem, um conteúdo que vai além do sentido estrito dos significados dos termos que estou empregando ao falar. Os teóricos construtivistas falam do ato *perlocutório*, mas esquecem o *ilocutório*. É a essa dimensão ilocutória da linguagem que Moscovici se refere ao discutir RS como comunicação.

Em seu trabalho de 1984 Moscovici afirma (2013, p. 46-47): “A própria linguagem, quando carrega representações, está localizada a meio caminho entre o que é chamado a linguagem da observação e a linguagem da lógica; a primeira, expressando puros fatos – se tais coisas existirem – e a segunda, símbolos abstratos. Esse é, certamente, um dos mais marcantes fenômenos de nosso tempo – *a união da linguagem e da representação*”.

A relação tradicional entre mente e corpo, uma dicotomia que remonta a Descartes, pode servir como uma analogia para traçar a relação entre RS e linguagem. O que se procura é mostrar a relação intrínseca entre linguagem (idéias, palavras) e a realidade (corpo carne). Na reflexão de muitos autores sobre a *realidade* das RS encontramos expressões como essas: “a característica específica dessas representações é precisamente que elas ‘corporificam ideais’ em experiências e interações coletivas em comportamento” (MOSCOVICI, 2013, p. 32); ou essa outra expressão, encontrada em muitos de seus livros: “O escritor bíblico já estava consciente disso quando ele afirmava que a Palavra se fez carne; e o Marxismo o confirma quando afirma que idéias, uma vez disseminadas entre as massas, são, e se comportam como forças materiais” (MOSCOVICI, 2013, p. 48). Essas forças materiais são as representações sociais.

Nessa mesma linha de ideais, incluindo o emprego da mesma expressão bíblica – “*Palavra feita carne*” – caminham as reflexões de Paulo Freire. Ele emprega o termo “*Palavração*” (FREIRE, 1992, p. 20) ao discutir a inseparabilidade entre teoria e prática na tarefa educacional. O que interessa é a dimensão “ilocutória” do ensinar. Dentre seus trinta livros, treze trazem no título a palavra “pedagogia”, significando que o “conteúdo” central do ensinar é a prática, as “interações no comportamento”, como diz Moscovici: as RS agem como “corporificação de idéias”, como práticas ou fenômenos que constituem “quase que uma realidade tangível”, originada *na e através* da comunicação, a ilocução.

Alguns autores, como De Rosa (2006, p. 186), ao analisar os pressupostos do sócio-construcionismo fazem menção que eles podem ser sintetizados com a expressão bíblica “*no princípio era a Palavra*”. Mas é uma segunda expressão bíblica, “*A Palavra feita carne*” que nos pode ajudar a compreender o que sejam as RS, uma relação intrínseca entre linguagem e realidade. Podemos ver aqui a diferença entre RS e os enfoques sócio-construcionistas.

Uma palavra sobre RS como ação, como *prática*. Moscovici (2011b) discute isso de maneira específica no livro *Psicologia das Minorias Ativas*, onde pretende mostrar as RS como campo de inovação, transformação e mudança. A realidade é algo em construção, e o conflito é uma dimensão essencial dessa realidade social.

Para Moscovici (2011b), o que faz mudar não são reflexões e conceitos teóricos, mas uma *prática*. E que seria essa prática? Ela é uma *apresentação* que é uma *representação* das pessoas. Uma prática que é um comportamento, uma ação, que ele denomina de *um estilo de comportamento*. O estilo é um jeito, um método, uma maneira, isto é, uma *prática*. É o que Paulo Freire chama de *pedagogia*.

E em suas investigações ele aponta para três principais estilos:

- A autonomia, ou a consciência da própria identidade, isto é, a consciência de quem se é e do que se quer. Uma “independência de juízo e de atitude que reflete a determinação de agir segundo os próprios princípios” (MOSCOVICI, 2011a, p. 120).

- A coerência e consistência no agir. Esse parece ser o mais central dentre os estilos de comportamento. Só é possível verificá-lo através do tempo e na comparação entre *o que se diz* com *o que se faz*.

- A justiça, equidade, que implica fundamentalmente “a preocupação de levar em conta a postura do outro” (MOSCOVICI, 2011b, p. 148), uma ética da alteridade.

Os pensadores das RS são quase unânimes em dizer que as RS são *práticas*. E essas práticas são ações, são *estilos*. Como expresso por Moscovici (2001, p. 21) “até certo ponto, a representação que ‘está em lugar de’ pode também ‘agir para’, ou ‘agir em favor de’, ‘em lugar de’ aqueles ou aquilo que ele representa. ... O que elas fazem não se pode comparar com o que elas são”. Essas ações-práticas são *estilos* não apenas para se comunicar, mas também estilos para agir, atuar; estilos para se *representar*. Para que haja uma mudança, e essa a intuição de Moscovici, não é necessário pegar em armas. Basta a *apresentação/representação* de um novo estilo, uma nova prática, para que uma nova representação seja criada. No último capítulo do livro *Psicologia das Minorias Ativas*, Moscovici (2011a) faz uma análise detalhada do papel exercido por Solzhenitsin, *A dissidência de um só*, onde ele mostra que o estilo, a prática de um dissidente, materializada através de sua coerência, identidade e ética foi tornando evidente uma nova *atmosfera social*, já tacitamente sentida por muitos, mas que não tinham coragem suficiente para se *apresentar*; e foi tal *prática* que possibilitou uma *inovação*, a mudança de toda uma nação.

A realidade do mundo em que vivemos vai se tornando sempre mais intocável, volátil, intangível, virtual, mas nem por isso menos *real*. É precisamente aí que se colocam as RS, quase que se confundindo com a comunicação, uma ontologia que nos desafia a todo momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão gostaria de discutir dois pontos, que seriam como dois passos, que podem, e que devem, certamente, ser objeto de polêmica. Mas que seria de nós se não tivéssemos coragem de *pensar* diferente?

O primeiro, colocar à plena luz uma discussão que nos faça refletir sobre uma questão nunca colocada publicamente, mas que ao menos se pode dizer que não é um absurdo aqui trazê-la: existiria uma Psicologia e uma Sociologia *puras*? Não seria possível falar simplesmente em *Psicologia Social*, incorporando, sem perda de nada de essencial, os dois campos?

O segundo ponto, para ajudar e provocar nossos inquietos pesquisadores do campo das RS, arrisca perguntar se as investigações sobre as RS não poderiam ser vistas como “um espaço unificador da Psicologia Social”? (MOSCOVICI, 2013, p. 386-87).

Dos pontos polêmicos, mas que coloco para os leitores desse dossiê. Minha intenção aqui é *refletir* para podermos crescer juntos, ir além da simples e pura polêmica.

Quanto ao primeiro ponto: Existem uma psicologia e uma sociologia *puras*?

Seria totalmente inviável supor e, conseqüentemente, trabalhar, com o pressuposto de que não haveria, estritamente falando, nem psicologia pura, nem sociologia pura? Enquanto posso entrever, não estou só nessa empreitada. Até acredito que, bem lá no fundo, era isso que Moscovici muitas vezes sempre quis significar e, com certas razões, o motivo de se ter dedicado às investigações em RS, o tema que discutimos aqui.

Meu ponto de partida é a insatisfação que sempre me acompanhou com a ausência, para mim até proposital às vezes, em fugir da discussão sobre o *que constitui verdadeiramente o Social*. O que me ajudou a avançar nessa reflexão foi o conceito de *relação*, que descobri em Agostinho de Hipona, ao mostrar que o ser humano não é um *indivíduo* – algo uno, mas isolado de todo resto –, mas *peessoa*, alguém que não pode ser, sem outros. Procurei aprofundar essa reflexão em vários momentos (GUARESCHI, 2014; 2017). O que arrisco propor é que no momento em que passo a entender o *social* também como uma *relação*, torna-se possível superar essa dicotomia entre psicologia e sociologia. Brevemente, nesse espaço de conclusão, trago apenas dois pensadores, um do campo da Psicologia, e outro da sociologia, para ajudar a pensar.

Como é entendido o *social* numa psicologia pura? Na verdade, o social não passa de *soma de individuais*. O que vale é o *indivíduo*, tudo se centraliza nele. Foi assim que ele foi visto na maioria dos autores. Allport é explícito: “Não há psicologia de grupos que não seja essencialmente e inteiramente uma psicologia de indivíduos. A Psicologia em todos seus ramos é uma ciência do indivíduo” (ALLPORT, 1924, p. 4).

No lado oposto, o *social* é visto como uma *realidade concreta*, palpável, materializada nos grupos, na sociedade. Ele é o que age, constrange. Uma instituição, uma organização, se materializa no e pelo social; as pessoas ocupam ali um lugar secundário e dispensável; correspondem às *peças* dessa máquina (GUARESCHI, 2012, p. 44-50). Mas o que constituiria mesmo um *social*?

Costumava-se citar Durkheim como propondo o entendimento do social como se fosse uma coisa, algo reificado. Na verdade, ao reler Durkheim no original, constata-se que o que ele afirma é apenas que o social é mais que a soma de suas partes; ele é uma realidade *sui generis*. Mas essa afirmação não pode ser simplesmente assumida como se fosse o *oposto* de individual. E é com Moscovici (1993, p. 110) que se pode avançar na compreensão desse suposto dilema. Ele comenta que ninguém pode “permanecer suspenso entre o Charybdis da psicologia e o Scylla da sociologia”. Ele era considerado como um sociólogo, mas é interessante ler o que ele fala sobre seus colegas: “a sociologia nunca cortou o cordão umbilical que a liga à psicologia”. E cita o próprio Durkheim (1982, p. 129):

Além do mais, essas consciências devem ser associadas e combinadas, mas combinadas de determinada maneira. É dessa combinação que a vida social se origina e, conseqüentemente, é essa combinação que a explica. Ao agregar conjuntamente, ao interpenetrar, fundindo em conjunto, indivíduos, dão origem a uma entidade, psíquica se quisermos, mas uma entidade que constitui uma individualidade psíquica de um novo tipo.

Seguindo esse caminho, fiquei mais tranquilo lendo citações de Freud (1921, p. 95), onde ele afirma que não existe uma Psicologia pura:

O contraste entre psicologia individual e social, ou psicologia grupal, que à primeira vista pode parecer estar plena de significação, perde grande parte de sua nitidez quando

ela é examinada com mais proximidade ... Na vida mental do indivíduo alguém mais é examinado, como um modelo, como um objeto, como um ajudante, como um opositor: e desse modo desde seu preciso início a psicologia individual, em amplo, mas inteiramente justificado sentido dos termos, ela é mesmo tempo psicologia social do mesmo modo.

Voltando a Moscovici, o que me surpreendeu e chamou minha atenção foi o item 4, onde ele pergunta: *O que é “social” em Psicologia Social?* (MOSCOVICI, 2013, p. 152). Ele apresenta ali seu conhecido esquema, tentando superar os modelos opostos de Psicologia Social, um enfatizando o objeto (modelo taxonômico) e o outro enfatizando o sujeito (modelo diferencial). E apresenta um novo modelo. Com suas palavras: “A relação entre o Ego e o Objeto é mediado pela intervenção de outro sujeito; essa relação se torna uma complexa relação triangular, em que cada um dos termos é totalmente determinado pelos outros dois” (MOSCOVICI, 2013, p. 152).

Esse achado foi para mim um passo à frente. Apesar da expressão “totalmente determinado pelos outros dois,” esse pressuposto ainda pode deixar a entender algo relativo, e não relacional, isto é, uma dependência intrínseca entre esses *outros*. Perguntava a mim mesmo: seria possível juntar esses dois, ou mais, em apenas um? Haveria outra maneira de entender o social? O social é criado a partir da conversação e negociação de pessoas, ele possui autores, criadores, mesmo que não possa identificá-los; e ele não pode se tornar real, isto é, tornar-se social, fora desse processo. Mas ele não é, apesar de tudo, um social reificado, uma entidade cristalizada.

Posteriormente, na década de 1990, aprofundando-me no pensamento de Moscovici encontrei novas iluminações que me ajudaram a esclarecer, até certo ponto, essa dilema. Comecei tentando compreender e aplicar em minha pesquisa seu conceito de *Representações Sociais* (RS). Na noção de RS o aspecto subjetivo – eu o designaria de maneira melhor *psíquico* – está sempre presente. Ele afirma claramente em um de seus livros mais importantes, *A Invenção da Sociedade*¹, que escrevera esse livro, como ele sublinha, tentando basicamente dar conta dessa dicotomia. Na *Introdução – O Problema*, escreve que a razão principal de ter escrito o livro era recuperar a dimensão psíquica que a Sociologia, supostamente, tinha perdido. Critica fortemente os que afirmam que os problemas sociais só podem ser explicados por causas sociais, onde o social impera na ausência da dimensão psíquica.

Para compreender com mais profundidade o que Moscovici quer discutir em sua publicação de mais de 500 páginas devemos ler com atenção sua *Introdução*. Primeiramente necessitamos examinar com clareza o que ele entende por psíquico. Para ele, o psíquico não se opõe ao social. Na linguagem cotidiana, e mesmo nos pressupostos de grande parte das teorias, psíquico está relacionado com subjetividade, e o social se relaciona com objetividade (o real, concreto). Ele quer, contudo, deixar claro que existe também um psíquico que é social e nesse sentido ele é também objetivo – real, concreto, um fenômeno, mesmo que não seja tangível. Essa é precisamente a novidade, a inovação trazida pelo conceito de RS, como discuto mais profundamente e em detalhe num trabalho recente (GUARESCHI, 2017). O que ele critica é a redução do social como sendo a única realidade objetiva, como era, e ainda é, em parte, pressuposto pelos sociólogos. Quer mostrar que os grandes sociólogos não podem ser plenamente entendidos sem levarmos em consideração uma *dimensão psíquica*. É o que ele faz em seu livro analisando Durkheim quando discute religião no livro *As formas Elementares da Vida Religiosa*; Weber, no livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*; e Simmel, em *A Filosofia do Dinheiro*.

É meu entendimento que se tomarmos o ser humano como uma relação, problemas como os apresentados por Moscovici poderiam ser melhor compreendidos. Mesmo que ele critique um enfoque psicologista como sendo reducionista quando tomado como a expressão total da dimensão

psíquica, a dicotomia permanece. A questão, contudo, que desejo enfatizar é que ao procurar compreender o fenômeno social, nunca podemos esquecer que ali está sempre presente uma relação, ou um conjunto de relações, intrínsecas a ele. Dizendo melhor, é essa relação, ou conjunto de relações, que constitui esse fenômeno. E isso se aplica também ao grupo, à comunidade e à sociedade como um todo. Metodologicamente, podemos começar investigando como essas relações se apresentam num momento específico, em determinadas circunstâncias. E assim por diante. Pode-se até mesmo dizer que é praticamente um processo infinito. Mas o investigador tenta fazer o que é possível, aproximar-se o quanto possa do mistério do fenômeno, e mostrar-se suficientemente humilde para aceitar que nunca chegaríamos ao coração desse mistério. Para mim, principalmente na prática investigativa, o conceito de relação ajuda a nos aproximarmos de maneira muito fundamentada, dessa realidade do social. É minha intuição que foi o que Agostinho tentou fazer com respeito à Trindade; o que Marx procurou fazer ao tentar entender o ser humano; e o que nós poderíamos fazer a respeito de todos os outros fenômenos (GUARESCHI, 2017). Assumindo alguns riscos, poderíamos ir mesmo mais além, e acenar que tal procedimento poderia ser aplicado inclusive aos objetos, entendidos como a soma de todas suas relações.

Quanto ao segundo ponto: Representações Sociais como um espaço unificador da Psicologia Social?

Uma conclusão a se pode chegar, a partir das discussões feitas até aqui, é que a Psicologia social poderia concentrar as principais questões propostas tanto na psicologia, como na sociologia, isto é, ela daria conta, por um lado, da dimensão psíquica e, de outro lado, da dimensão social. A pergunta, arriscada ou mesmo prematura, que se poderia trazer também à discussão, seria: não poderiam as investigações que têm como pano de fundo as RS, servir como um possível espaço unificador desses conjuntos de investigações e produções? Não poderiam as RS servir como um elo aglutinador? Convido à reflexão.

Uma vista de olhos sobre os principais autores sobre os quais as reflexões sociais se detiveram, mostra um enorme leque de contribuições de um sem número de pensadores que serviram como, mais que pano de fundo, mas como contribuidores, na formação do pensamento representacional. Dois estudiosos que, de um modo ou outro, discutem essa influência de *ancestrais*, são o próprio Moscovici (2013) e, mais recentemente, a professora Sandra Jovchelovitch (2007), que se enfatiza a dimensão de uma epistemologia genética do saber; ela parte de Descartes, passa por Durkheim, Lévy-Bruhl, Winnicott, Freud, Piaget, Vygotsky, traz as contribuições de Farr, Moscovici, junto com oportunas reflexões de Paulo Freire e Enrique Dussel. Interessante assinalar que ambos trabalharam sempre a partir de uma estratégia bem abrangente e plural: lutam *a favor* e *contra* cada um desses pensadores, assinalando dimensões menos pertinentes ao tema, mas incorporando criticamente contribuições importantes e fundamentais para o entendimento do fenômeno das RS.

Como se poderia justificar que as RS dêem conta da Psicologia Social? Como se poderia propor que tal tentativa possa ser apresentada e levada adiante?

Vejamos. Começando pelo termo *Representações*. Que são, afinal, as Representações? Elas não são cópias. Como vimos, elas são *uma realidade em si mesmas*. Mas uma realidade que consegue dar conta e incorporar as dimensões sociais do que costumamos denominar por mental, imaterial, e mesmo psíquico/psicológico. Ao discutirmos o estatuto ontológico das RS, citamos o primeiro parágrafo onde Moscovici tenta dizer o que elas seriam: *substância simbólica*, e fala de sua prática criativa que produz tal *substância*. O fato de se usar o termo no plural insinua que elas são algo disseminado, presente no mundo concreto, não visíveis, mas que impregnam os fenômenos da realidade humana.

E com respeito ao *social*? A discussão feita acima, do entendimento do social como relação, aplica-se do mesmo modo tanto à possível superação da dicotomia psicologia/sociologia, como ao fenômeno *representação*. Em ambas é o universo do social que é levado em consideração.

Ao final de seu diálogo com Marková, ao discutir o futuro da psicologia social, Moscovici cita Chomsky (2013, p. 90):

o problema da ciência não é o reducionismo, é a unificação, que é algo muito diferente. Há maneiras diferentes de se olhar o mundo. Elas funcionam até onde conseguem, nós gostaríamos de integrá-las; mas redução não é um modo de integrá-las. E de fato, no decurso da ciência moderna, isso raramente foi verdade.

E segue comentando:

Vista sob esta luz, é possível supor que a psicologia social não amadurecerá até que ela comece a considerar esse problema da unificação seriamente. E ... penso que a teoria das representações sociais e comunicação toca os principais fenômenos do campo da psicologia social. Considero, portanto, a teoria das RS como uma teoria unificadora do campo da psicologia social. Uma teoria que pode, hoje, unificar nossa disciplina profundamente fragmentada, que reduziu a humanidade de indivíduos e grupos sociais a algo abstrato, estereotipado e insignificante. ... A psicologia social deveria deixar o redemoinho do reducionismo e agarrar os fenômenos do pensamento e comunicação entre as pessoas em sua unidade, isto é, em sua existência confusa... Não lutar para que isso aconteça é não ter esperança (MOSCOVICI, 2013, p. 387).

As RS não podem ser reduzidas a um conceito; elas são fenômenos, ambientes sociais e culturais. Também não podem ser reduzidas a puras palavras, sons ociosos e vazios: elas são realidades concretas, são práticas, são “palavrações” (FREIRE, 1992).

SOCIAL REPRESENTATIONS - “MENTAL CLOUDS IN CIRCULATION”

Abstract: the main intention of this paper is to reflect on the ontology of Social Representations (SR). It is structured in two parts, and a challenging conclusion. In the first part, the context of the emergence of this new area of study of social phenomena is investigated, where it is shown how it was mainly due to a reaction to the main assumptions of modernity, implicit at the moment when Psychology is constituted as a science: scientific materialism and individualism. The second part tries to respond to the purpose of the study by showing that SR are not a concept, but a phenomenon, and their specificity is a symbolic substance, with a life of its own, that springs from practices, mainly communicative, that create such substance. The conclusion raises two provocative questions that can help to advance the reflections in the social field: from a reflection on what the social really is, it asks: first, to what extent could Social Psychology overcome the dichotomy that has been created between psychology and sociology? Second, based on the above discussions, could the SR not be seen as a unifying space for Social Psychology?

Keywords: *Social Representations. Social Psychology. Ontology of Social Representations. Practices.*

Nota

- 1 O livro foi inicialmente publicado na França com o título *La Machine à faire dieux* – Paris, Fayard, 1988. A tradução para o inglês (1993), recebeu um novo título, *The Invention of Society* – que foi o que se escolheu na tradução ao português: *A Invenção da Sociedade*. Moscovici disse-me pessoalmente que esse título foi uma sugestão um tanto insistente dos donos da *Polity Press*, John B. Thompson e Anthony Giddens. Mas para mim o que é sugestivo no título inglês foi o sub-título, acrescentado pelos editores, que traz o dilema que estou querendo discutir: *Explicações Psicológicas para Fenômenos Sociais*: os três grandes “sociólogos” não podem ser autenticamente entendidos prescindindo-se do *psíquico*, mas um *psíquico social*.

Referências

- ALLPORT, F. H. *Social psychology*. Houghton Mifflin: Boston, 1924.
- CHOMSKY, N. *Language and thought*. Moyer Bell: Wakefield, 1993.
- DE ROSA, A. S. The boomerang effect of radicalism in discursive psychology: a critical overview of the controversy with the social representations theory. *Journal for the Theory of Social Behavior*, v. 36, n. 2, p. 161-201, 2006.
- DURKHEIM, E. *The rules of sociological method*. Macmillan: Basingstoke, 1982.
- FREIRE, P. “Palavração”. *Mundo Jovem*, Porto Alegre, v. 27, n. 8, p. 20, 1992.
- FARR, R.; MOSCOVICI, S. *Social representations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- FARR, R. *As raízes da Psicologia social moderna*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FREUD, S. *Group psychology and the analysis of the ego. Civilization, society and religion*. Harmondsworth: Penguin, 1921.
- GUARESCHI, P. Psicologia social e representações sociais: avanços e novas articulações. In: VERONESE, M.; GUARESCHIM, P. (orgs.). *Psicologia do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 17-40.
- GUARESCHI, P. *Psicologia social crítica: como prática de libertação*. 5. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2012.
- GUARESCHI, P. The concept of relation as central to the understanding of human being, groups, community and society. In: KOLLER, S. (org.). *Psychology in Brazil – Scientists making a difference*. Springer, 2017. p. 83-104.
- GUARESCHI, P. *Olhares do alto*. Porto Alegre: Evangraf, 2019a.
- GUARESCHI, P. Relação em Psicologia social: um conceito central para a compreensão do ser humano, grupos e sociedade. In: GUARESCHI, P. (org.). *Olhares do alto*. Porto Alegre: Evangraf, 2019b. p. 21-60.
- GUARESCHI, P. O grupo de leitura: o educador/pesquisador é o seu grupo de reflexão. In: GUARESCHI, P. (org.). *Olhares do alto*. Porto Alegre: Evangraf, 2019c. p. 83-106.
- ISRAEL, J.; TAJFEL, H. *The context of social psychology*. Londres: Academic Press, 1972.
- JESUÍNO, J. C. Introdução: a teoria das representações sociais. In: JESUÍNO, J. C.; FELISMINA, R. P. M.; LOPES, M. J. (orgs.). *As representações sociais em sociedades em mudança*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- JODELET, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (org.). *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989. p. 31-61.
- JOVCHELOVITCH, S. *Os contextos do saber: representação, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MOSCOVICI, S. Society and theory in social psychology. In: ISRAEL, J.; TAJFEL, H. (orgs.). *The context of social psychology*. Londres: Academic Press, 1972. p. 17-118.
- FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 165-180, 2022.

- MOSCOVICI, S. Why a theory of social representations. In: DEAUX, K.; PHILOGÈNE, G. (orgs.). *Representation of the social: bridging theoretical perspectives*. Nova Iorque: Blackwell, 2002. p. 8-31.
- MOSCOVICI, S. *A invenção da sociedade: Sociologia e Psicologia*. Petrópolis: Vozes, 2011a.
- MOSCOVICI, S. *Psicologia das minorias ativas*. Petrópolis: Vozes, 2011b.
- MOSCOVICI, S. *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em Psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- VERONESE, M.; GUARESCHI, P. *Psicologia do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2007.